

Orçamento da Agricultura é contingenciado

Vacinação chega a 90% do rebanho

O governo federal contingenciou cerca de 20% do orçamento de 2007 do Ministério da Agricultura (Mapa), previsto em, aproximadamente, R\$ 1 bilhão. A pasta iniciará o ano com R\$ 816 milhões para gastos operacionais, excluindo salários e despesas administrativas. Em 2006, houve restrição de recursos, mas o Mapa encerrou o ano com 99,8% do previsto no início do exercício, o que somou R\$ 1,05 bilhão.

Segundo o presidente da Farsul, Carlos Sperotto, o setor repudia o anúncio. “Os recursos já são ínfimos, e o que deveria ocorrer é a complementação de verba”, diz. Ele



Carlos Sperotto argumenta que, independentemente das áreas afetadas, o problema do Rio Grande do Sul é a necessidade de serem criadas condições para facilitar o acesso às verbas destinadas pelo Mapa.

Os números preliminares de imunização do rebanho gaúcho indicam um índice vacinal de 90% na primeira etapa de vacinação contra a febre aftosa em bovinos e bubalinos. “A imunização foi satisfatória. A falta de vacinas para produtores enquadrados no Pronaf apenas no começo da campanha não prejudicou. A vacinação se encerrou na época certa”, avaliou o chefe de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado (SAA), Fernando Groff. O especialista ressaltou que o total é preliminar. A vacina foi aplicada de 2 a 31 de janeiro e, em junho, haverá vacinação de animais até 24 meses.

Os produtores que não va-



Próxima etapa da imunização será em junho

cinaram seus animais durante a etapa, serão procurados pelo serviço veterinário da SAA, serão autuados, multados e poderão ter suas propriedades rurais interditadas até a regularização da vacinação. Além disso, em parceria com o Ministério da Agricultura (Mapa),

em abril, algumas propriedades rurais do Estado serão sorteadas para a realização de sorologia dos animais vacinados nessa etapa para observar a eficiência vacinal. O Rio Grande do Sul possui rebanho bovino e bubalino estimado em 13,65 milhões de cabeças.

Senado aprova maioria absoluta na CTNBio

O Plenário do Senado Federal aprovou, no dia 27 de fevereiro, o projeto de lei de conversão (PLV 29/06), proveniente da Medida Provisória 29/06, que dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados (OGMs, também chamados transgênicos) em unidades de conservação. O projeto veda a pesquisa e o cultivo de transgênicos nas terras indígenas e de unidades de conservação, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Vários senadores votaram contra o projeto, entre

eles Aloizio Mercadante (PT-SP), José Nery (PSOL-PA) e Serys Silhessarenko (PT-MT), o que expôs uma divisão na base de apoio do governo federal. A matéria segue para sanção presidencial.

Além de impedir a pesquisa e o cultivo de transgênicos em terras indígenas e nas áreas de unidades de conservação, com exceção das APAs, a medida provisória foi editada com a finalidade de estabelecer regras para o plantio dos organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unida-

des de conservação, até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo Plano de Manejo.

A proposição modifica a lei que trata dos organismos geneticamente modificados (Lei 11.105/05), para permitir que as decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) sejam tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta (14 votos) dos seus membros (são 27 membros). Atualmente são necessários os votos de dois terços dos integrantes da CTNBio. Esse

quórum é necessário, por exemplo, na análise técnica e na aprovação dos pedidos para plantio de transgênicos.

O relator-revisor da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), ofereceu parecer favorável à aprovação do projeto de lei de conversão e das emendas apresentadas pelos deputados federais. Delcídio explicou que o projeto também autoriza o beneficiamento e a comercialização das fibras de algodoeiro geneticamente modificados colhidos em 2006. “Os caroços de algodão oriundos do

beneficiamento da colheita. Quando não utilizados para a produção de biodiesel, deverão ser destruídos nos termos de parecer técnico da CTNBio. A utilização dos caroços para produção de biodiesel deverá ser precedida de informação ao Ministério da Agricultura, ocasião em que o detentor do produto deverá informar a quantidade que será utilizada e o local de processamento. A biomassa, resultante da produção de biodiesel, deverá ser destruída”, esclareceu Delcídio.

Tropeando

Adquira o seu exemplar do livro *Tropeando*, de Fernando Adauto.

Venda direta: R\$ 20,00
Reembolso Postal RS: R\$ 25,00
Demais Estados R\$ 30,00

Ligue: 3214.4422
ou acesse www.sulrural.com.br



Troncos e Balanças

Tecnologia para a Pecuária Moderna



- Troncos
- Balanças mecânica e eletrônica
- Banheira Pecuária

Rod. BR 277, km 454, Trevo, Cx. Postal 125 - CEP 85301-970
Laranjeiras do Sul, Paraná - Fone: (42) 3635-1564/ 3635-1879
Site: www.romancini.com.br - E-mail: troncos@romancini.com.br

Industrial BECKER



www.industrialbecker.com.br
Cerro Largo - RS
Vendas: 55 3359-3546